



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Ourém**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ourém x RI Capim x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Ourém (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em 2019, Ourém apresentava uma taxa de pobreza de 62,4%, superior à RI Rio Capim (44,1%) e ao estado do Pará (41,3%). Houve uma leve queda em 2020, atingindo 61,3%, mas o valor subiu para 62,6% em 2021. Em 2022, o município registrou um pico alarmante de 84,6%, enquanto a RI alcançou 63,1% e o Pará, 59,1%. No ano seguinte, Ourém teve recuo para 58,8%, ainda elevado frente à média estadual (43,8%). A RI também reduziu para 46,3%. A oscilação em Ourém foi mais acentuada que nos demais níveis, refletindo possível vulnerabilidade a cho-

ques socioeconômicos locais (Gráfico 1).

O comportamento da taxa na RI Rio Capim e no estado do Pará mostrou variações mais suaves. A RI oscilou de 44,1% em 2019 para 46,3% em 2023, com pico de 63,1% em 2022, um aumento também observado em Ourém. Já o Pará iniciou com 41,3% em 2019, manteve-se relativamente estável até 2021 e chegou a 59,1% em 2022, antes de cair para 43,8% em 2023. Esse padrão sugere que o impacto da crise econômica de 2022 (possivelmente ainda efeitos da pandemia) afetou todos os

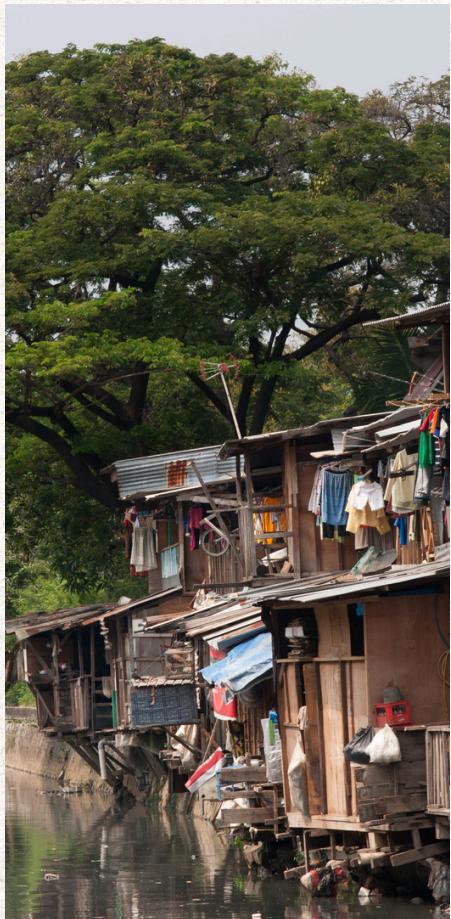
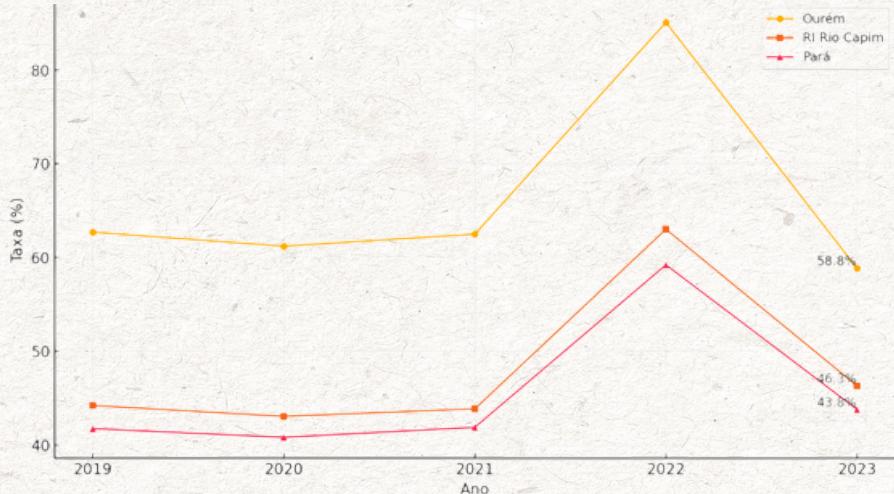




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)

níveis, mas de forma mais intensa em Ourém. A queda expressiva em 2023 pode indicar medidas emergenciais ou recuperação econômica parcial (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

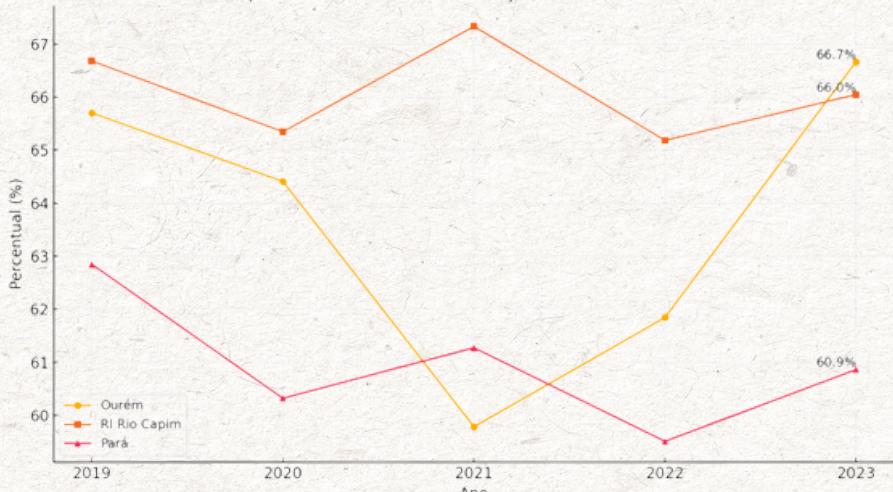
Em 2019, Ourém destinava 65,8% de suas despesas públicas a serviços essenciais. O percentual caiu para 64,3% em 2020 e despenhou para 59,6% em 2021, menor valor da série. Nos dois anos seguintes, a tendência se reverteu, subindo para 61,8% em 2022 e alcançando 66,7% em 2023. A RI Rio Capim apresentou maior estabilidade, com variações entre 65,4% (2020) e 67,2% (2021), fechando 2023 com 66%. Já o Pará manteve-se abaixo, iniciando com 62,8% em 2019 e encerrando o período com 60,9% (Gráfico 2).

Nota-se que Ourém teve maior volatilidade

nesse indicador, o que pode indicar instabilidade orçamentária ou mudanças nas prioridades de alocação de recursos. O salto de 59,6% para 66,7% entre 2021 e 2023 revela esforço de recomposição, possivelmente em resposta à crise social revelada pela alta da pobreza no mesmo período. O estado do Pará, por sua vez, demonstrou uma tendência levemente decrescente, com redução de quase 2 pontos percentuais ao longo dos cinco anos, o que pode sinalizar desafios estruturais na ampliação de gastos essenciais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

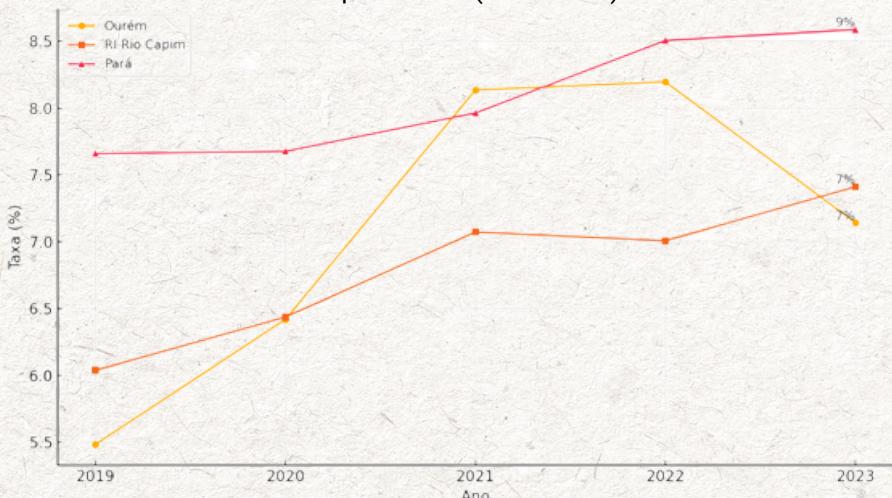
Em Ourém, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer era de 5,4% em 2019, inferior à RI Rio Capim (6,0%) e ao estado do Pará (7,7%). Em 2020, o município equiparou-se à RI com 6,4%, e em 2021 registrou 8,2%, superando ambas as referências. Em 2022, a taxa manteve-se elevada em 8,3%, antes de cair para 7,0% em 2023. A RI evoluiu de 6,0% para 7,0% no mesmo período, e o Pará subiu de 7,7% para 9,0% em 2023. Apesar da melhora em Ourém no último ano, os valores continuam preocupantes (Gráfico 3).

O Pará teve crescimento constante e mais acentuado, pas-

sando de 7,7% para 9,0% entre 2019 e 2023. A RI Rio Capim seguiu tendência semelhante, mas com taxas ligeiramente menores. O comportamento em Ourém evidencia um agravamento rápido entre 2020 e 2022, seguido de recuo. Isso pode estar relacionado à deterioração das condições de saúde materno-infantil durante a pandemia, com posterior recuperação parcial. O dado de 2023, apesar da queda, ainda é superior à média de anos anteriores, indicando que políticas públicas voltadas à nutrição e pré-natal continuam sendo necessárias (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



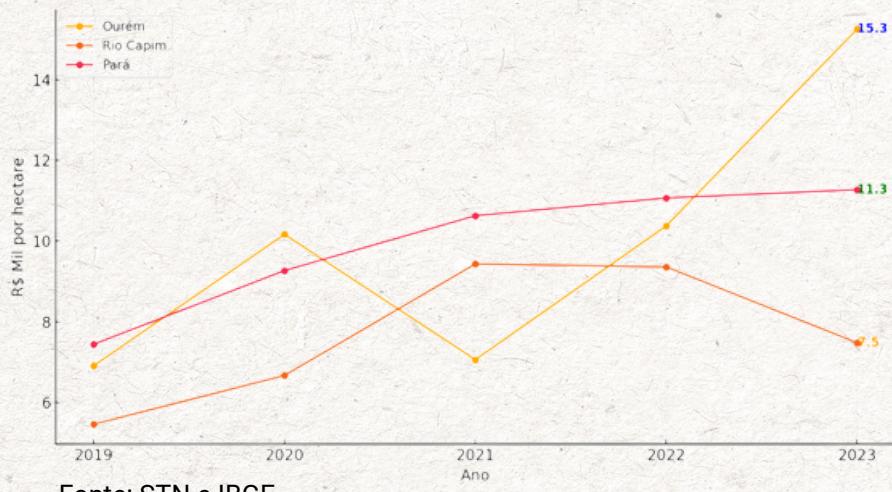
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Ourém teve crescimento expressivo no período. Em 2019, era de R\$ 6,9 mil/hectare, subindo para R\$ 10,2 mil/hectare em 2020. Em 2021, houve queda para R\$ 7,0 mil/hectare, seguida por novo aumento para R\$ 10,3 mil/hectare em 2022 e um salto notável em 2023, atingindo R\$ 15,3 mil/hectare maior valor entre os três níveis. A RI Rio Capim, por outro lado, teve desempenho mais modesto, saindo de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 7,5 mil/hectare em 2023, com pico em 2021 (R\$ 9,4 mil/hectare) (Gráfico 4).

O estado do Pará apresentou crescimento

contínuo, iniciando com R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 e atingindo R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A trajetória de Ourém revela forte expansão agrícola, especialmente nos dois últimos anos, o que pode refletir investimentos, maior mecanização ou condições climáticas favoráveis. A RI manteve-se estagnada entre 2021 e 2023, com leve recuo final, sugerindo heterogeneidade na dinâmica agrícola entre os municípios. O desempenho superior de Ourém pode representar uma oportunidade de geração de renda e atenuação da pobreza, se acompanhado de políticas redistributivas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

O estado do Pará oscilou levemente entre 14,3% e 15,1% no período analisado, revelando certa estabilidade, embora em patamar preocupante. A forte flutuação em Ourém, especialmente o pico em 2023, pode ser reflexo de falhas no pré-natal, no parto ou nas condições de atendimento hospitalar. O contraste com a RI e o estado sugere vulnerabilidade estrutural local. A melhoria temporária em 2022 pode ter resultado de ações emergenciais ou programas específicos, mas sua não manutenção em 2023 evidencia a necessidade de políticas contínuas e estruturadas (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

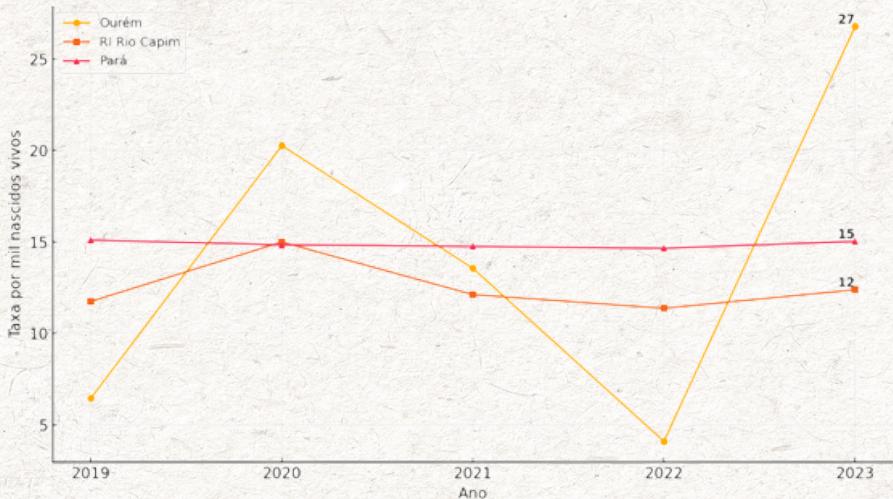
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Ourém apresentou variações significativas na taxa de mortalidade infantil. Em 2019, o valor era de 6,5‰, subindo drasticamente para 20,2‰ em 2020. Nos anos seguintes, houve recuo para 13,7‰ em 2021 e queda acentuada para 3,9‰ em 2022. No entanto, o índice voltou a subir fortemente em 2023, atingindo 27,0‰ o maior da série. Esse comportamento demonstra instabilidade na atenção básica à saúde infantil no município. Em comparação, a RI manteve-se mais estável, com valores entre 11,4‰ (2022) e 14,9‰ (2020), fechando 2023 com 12,3‰ (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

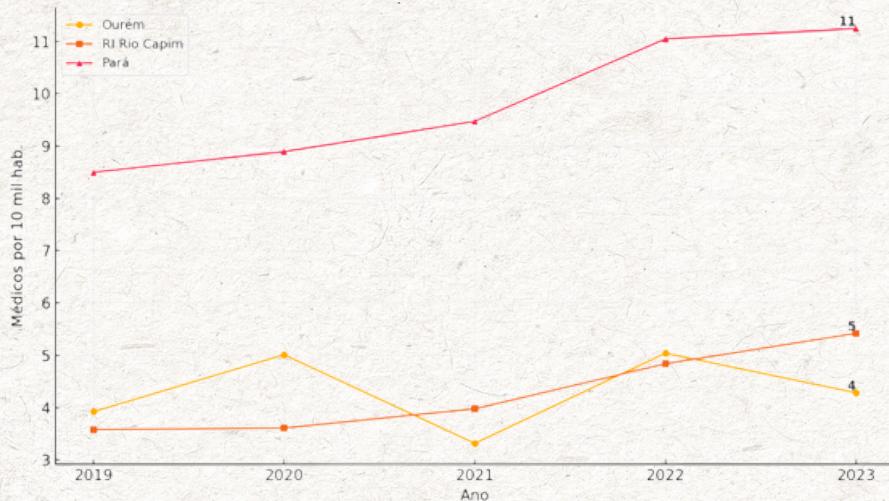
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Ourém iniciou 2019 com 3,9 médicos por 10 mil habitantes, crescendo para 5,0 em 2020, depois recuando para 3,2 em 2021. Em 2022, voltou a 5,0, mas encerrou 2023 com 4,0. A RI Rio Capim começou com 3,5 médicos em 2019 e registrou crescimento contínuo até alcançar 5,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023. O estado do Pará demonstrou trajetória mais expressiva, com aumento de 8,5 médicos em 2019 para 11,1 em 2023. A diferença entre o município e o estado evidencia desigualdade no acesso à assistência médica (Gráfico 6).

A oscilação em Ourém mostra fragilidade na manutenção de profissionais da saúde, o que pode estar relacionado a dificuldades de fixação de médicos em áreas menos urbanizadas. Já a RI apresentou avanço gradual, sinalizando investimentos mais consistentes ou cooperação entre municípios. O estado, com tendência ascendente estável, revela maior capacidade de atrair e reter médicos. A correlação entre baixos índices de profissionais e altos picos de mortalidade infantil, especialmente em Ourém, reforça a importância de políticas de valorização e interiorização da medicina (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Ourém iniciou 2019 com 256 vagas por mil habitantes, caindo para 248 em 2020. Em 2021, o número subiu para 251, mas recuou novamente para 245 em 2022 e caiu significativamente para 222 em 2023. A RI Rio Capim manteve-se mais estável, começando com 220 vagas em 2019, atingindo pico de 232 em 2022, e fechando 2023 com 210. Já o estado do Pará teve uma redução mais acentuada, indo de 212 vagas em 2019 para 198 em 2023. O município ainda possui oferta superior, mas a tendência é de queda contínua (Gráfico 7).

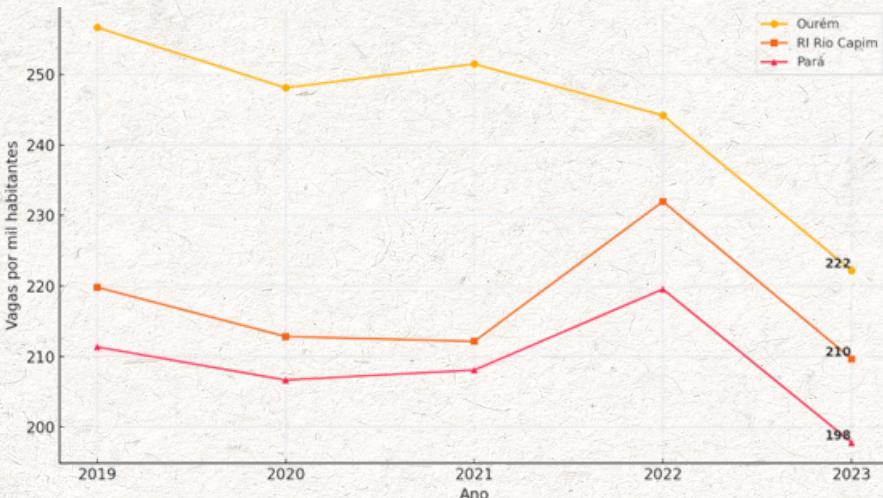
A diminuição constante no número de vagas em Ourém

pode estar associada à redução populacional em idade escolar, ao fechamento de turmas ou escolas, ou à falta de investimentos. O fato de o Pará e a RI apresentarem padrão semelhante, embora com menos intensidade no caso da RI, aponta para um possível problema estrutural no estado. É necessário acompanhar a demanda educacional para garantir que a oferta continue compatível com as necessidades locais, especialmente em áreas vulneráveis. A perda de vagas pode comprometer o acesso e a permanência escolar, principalmente em áreas rurais (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 222 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

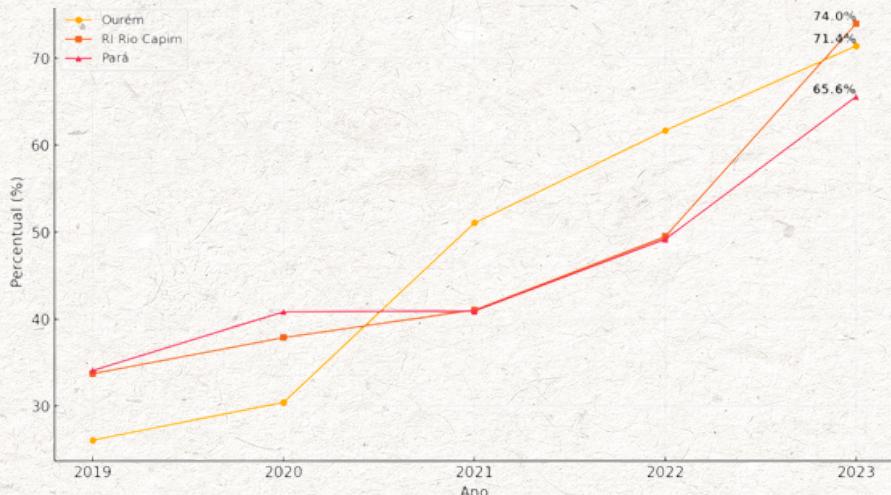
Em 2019, apenas 25,9% das escolas de Ourém tinham acesso à internet, mas o percentual cresceu progressivamente: 30,3% em 2020, 51,4% em 2021, 61,8% em 2022 e, finalmente, 71,4% em 2023. A RI Rio Capim também evoluiu: de 33,8% em 2019 para 74% em 2023. O estado do Pará partiu de 33,6% em 2019 e alcançou 65,6% em 2023. Apesar de sair de um patamar inferior, Ourém superou as demais regiões no último ano, destacando-se positivamente em conectividade escolar (Gráfico 8).

A rápida expansão da conectividade em Ourém sugere a adoção de políticas efica-

zes para digitalização da educação, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19. Essa melhoria pode impactar positivamente o desempenho estudantil e o acesso a conteúdos pedagógicos. Já o estado e a RI mantiveram crescimento consistente, embora mais moderado. Mesmo com os avanços, ainda há um terço das escolas estaduais sem acesso à internet em 2023, o que evidencia a necessidade de continuar expandindo a infraestrutura digital como ferramenta de inclusão e qualidade educacional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

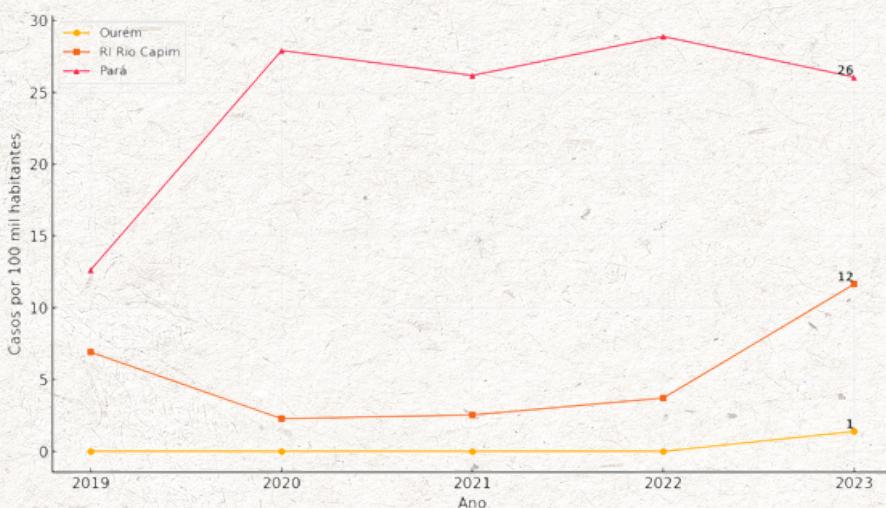


Em Ourém, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros permaneceu zerado entre 2019 e 2022, tendo um pequeno registro apenas em 2023, com 1 caso por 100 mil habitantes. A RI Rio Capim iniciou com 7,0 casos em 2019, caiu para 2,4 em 2020, manteve-se estável até 2022 e apresentou elevação para 12,0 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento abrupto: de 12,7 casos em 2019 para 28,1 em 2020, mantendo-se em níveis elevados nos anos seguintes, encerrando com 26,0 casos em 2023 (Gráfico 9).



O dado de Ourém pode representar subnotificação, ausência de registros oficiais ou efetiva inexistência de casos relatados, o que exige maior aprofundamento. A trajetória ascendente no estado e na RI indica agravamento da violência de gênero ou aprimoramento na identificação dos casos. A elevação na RI e a estabilidade em Ourém até 2022 contrastam com a tendência estatal, podendo indicar diferenças na estrutura de denúncia ou atendimento às vítimas. O aumento em 2023 na RI e o primeiro registro em Ourém merecem atenção, pois podem sinalizar maior conscientização ou aumento da violência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

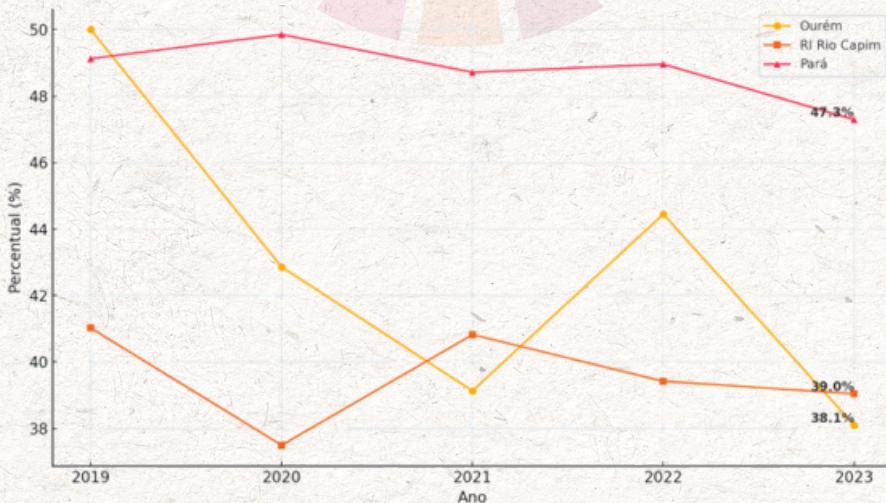
Em 2019, Ourém iniciou com 50,0% de seus cargos gerenciais ocupados por mulheres, valor superior ao da RI Rio Capim (41,0%) e do Pará (48,9%). No entanto, o município apresentou queda nos anos seguintes: 42,7% em 2020, 39,1% em 2021, subindo para 44,4% em 2022 e finalizando 2023 em 38,1%. A RI teve pequenas oscilações, encerrando com 39,0% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade entre 48,9% e 49,8% de 2019 a 2022, caindo levemente para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





A redução contínua em Ourém indica retrocesso na presença feminina em cargos de liderança, destoando da tendência de estabilidade observada no Pará. A recuperação parcial em 2022 não foi mantida, sugerindo ausência de políticas afirmativas locais para garantir a equidade de gênero em espaços de decisão. A RI teve comportamento mais constante, com pequenas flutuações. A diferença entre Ourém e o estado se ampliou, refletindo desigualdade crescente. Promover programas de incentivo à liderança feminina é fundamental para reverter esse cenário local (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Ourém apresentou crescimento no acesso à coleta de esgoto entre sua população de baixa renda: de 0,8% em 2019 para 1,9% em 2022, com pequena queda para 1,8% em 2023. A RI Rio Capim também evoluiu de 1,3% para 2,2% no período. O estado do Pará, embora com percentuais mais altos, iniciou em 7,0% em 2019 e chegou a 11,5% em 2023, demonstrando avanço contínuo. Apesar da tendência positiva, os valores absolutos seguem bastante baixos em Ourém e na RI (Gráfico 11).

O lento progresso no município e na RI revela limitações estruturais nos investimentos em saneamento direcionado às populações mais vulneráveis. A defasagem em relação ao Pará é significativa em 2023, o índice estadual é mais de seis vezes superior ao de Ourém. Isso indica que, embora haja algum avanço, o acesso à coleta de esgoto para os mais pobres ainda é extremamente limitado. A universalização do serviço depende de políticas públicas específicas e investimentos voltados à inclusão territorial e social (Gráfico 11).

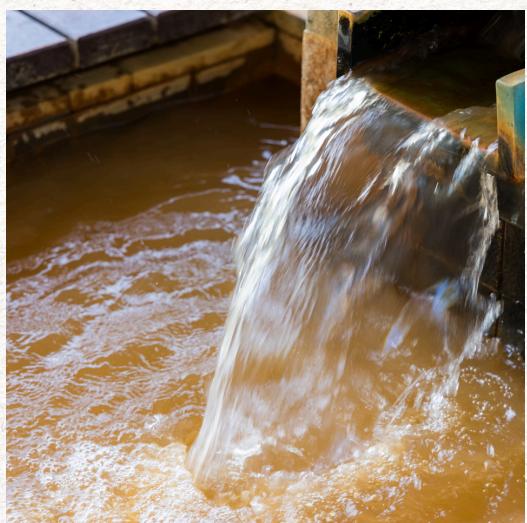
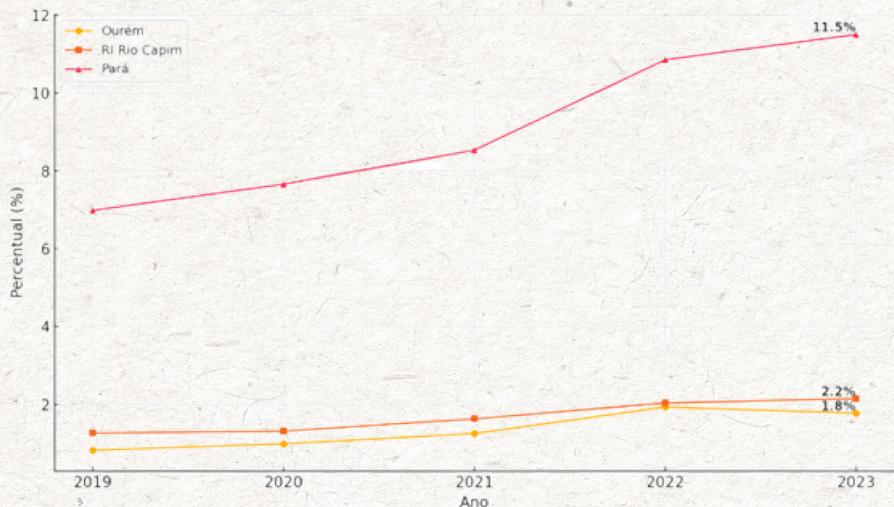




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Ourém, o gasto com saneamento básico per capita foi de R\$ 24,0 em 2019, caiu para R\$ 14,2 em 2020 e voltou a crescer nos anos seguintes, chegando a R\$ 44,1 em 2022, com pequena queda para R\$ 42,0 em 2023. A RI Rio Capim teve valores mais altos e mais estáveis: de R\$ 43,2 em 2019 para R\$ 62,0 em 2023. O Pará, por sua vez, começou em R\$ 79,3 em 2019, teve pico em 2022 com R\$ 153,2, e caiu levemente para R\$ 137,0 em 2023 (Gráfico 12).

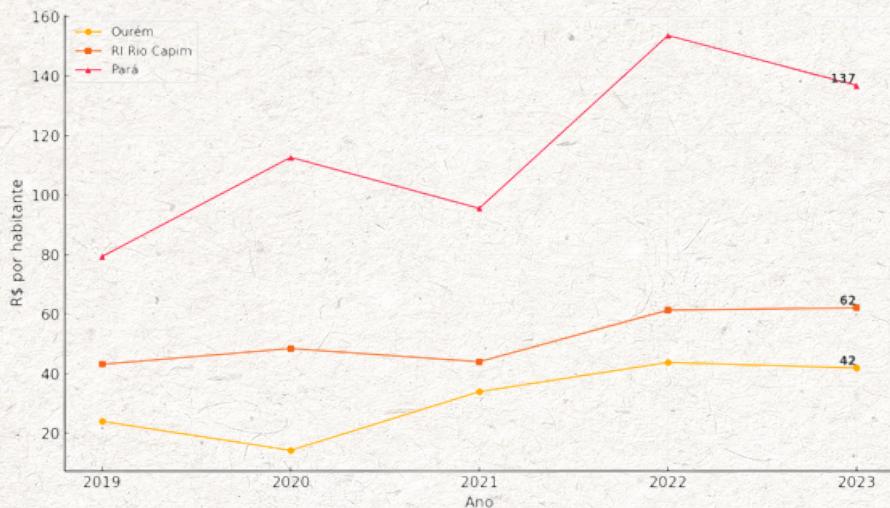
A variação acentuada dos gastos em Ourém evidencia

instabilidade nos investimentos em saneamento, com recuperação recente, mas ainda insuficiente. A diferença em relação ao estado (mais que o triplo do valor em 2023) e à própria RI aponta limitações de capacidade fiscal ou priorização orçamentária. Apesar da melhora, os investimentos em Ourém ainda não acompanham o ritmo estadual, o que pode explicar a baixa cobertura da coleta de esgoto. Manter e ampliar os investimentos é essencial para garantir avanços efetivos no acesso a esse serviço essencial (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 42/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

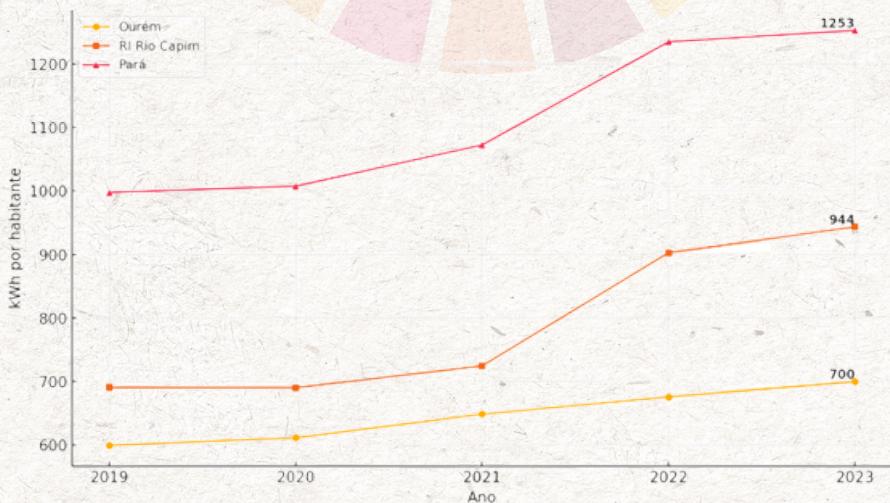


O município de Ourém apresentou crescimento contínuo no consumo per capita de energia elétrica, saindo de 600 kWh/hab. em 2019 para 700 kWh/hab. em 2023. Esse aumento foi gradual: 610 em 2020, 645 em 2021 e 678 em 2022, refletindo melhora no acesso ou no uso residencial. A RI Rio Capim teve crescimento mais expressivo, passando de 689 kWh/hab. para 944 kWh/hab. no mesmo período. Já o estado do Pará partiu de 995 kWh/hab. em 2019 e chegou a 1.253 kWh/hab. em 2023, com salto marcante entre 2021 (1.073) e 2022 (1.238) (Gráfico 13).



Observa-se que Ourém teve o menor patamar entre os três níveis em todos os anos, indicando consumo médio menor, possivelmente por limitações de infraestrutura ou renda. Apesar disso, o crescimento constante indica um progresso na inclusão energética da população local. A distância para a média estadual, porém, ainda é significativa – em 2023, o Pará consome quase o dobro de Ourém por habitante. A tendência aponta para uma possível ampliação do acesso, mas ainda há desigualdades relevantes a serem superadas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 700 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

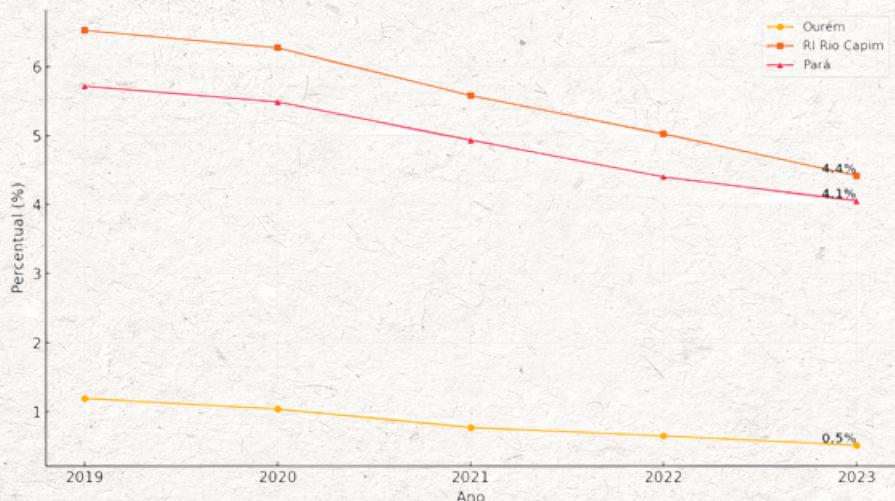
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Ourém apresentou uma das menores taxas do estado nesse indicador, começando com 1,2% dos domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em 2019, caindo continuamente até 0,5% em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 6,5% e apresentou queda consistente, encerrando em 4,4%. O estado do Pará seguiu padrão semelhante, partindo de 5,7% e atingindo 4,1% no fim da série. O recuo nos três níveis indica avanço na eletrificação e substituição de fontes precárias de luz (Gráfico 14).



O desempenho de Ourém é especialmente positivo, mantendo valores muito inferiores à média da RI e do estado em todos os anos analisados. A redução contínua mostra que políticas locais ou a cobertura da rede elétrica têm sido mais eficazes para esse público específico. Mesmo com valores baixos, o objetivo deve ser eliminar totalmente esse tipo de iluminação, por suas implicações sociais e ambientais. O dado sinaliza que Ourém pode estar próximo da universalização do acesso à energia entre os mais pobres, o que é um resultado expressivo (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

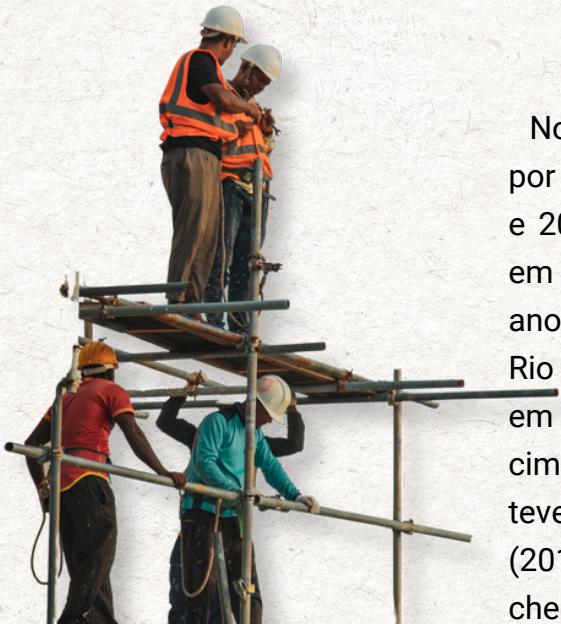


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



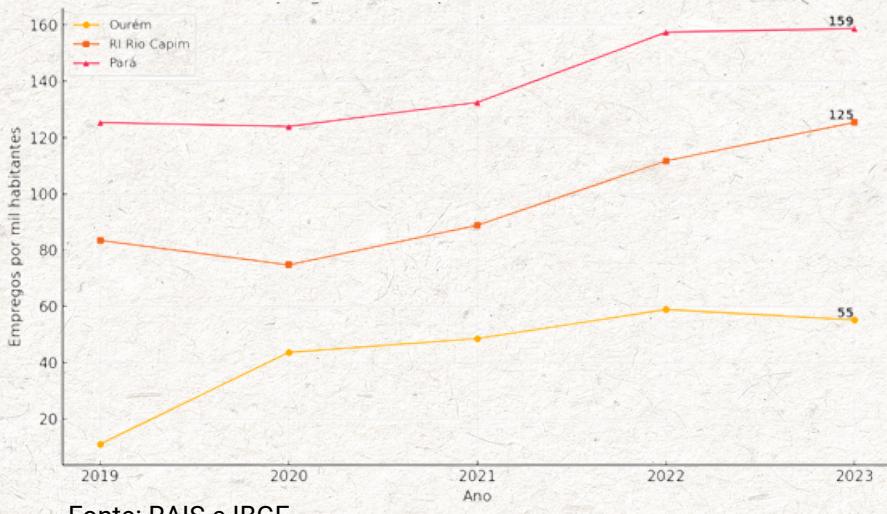
Empregos Formais por Mil Habitantes

Esses dados revelam que tanto o município quanto a RI seguiram uma tendência de expansão do emprego formal, embora partindo de níveis distintos. O ritmo de crescimento em Ourém foi expressivo até 2022, com um aumento de quase 400% de 2019 a 2022, embora o número absoluto ainda esteja abaixo da média estadual. A leve queda em 2023 pode estar associada a flutuações econômicas locais. No caso do estado, o aumento foi consistente e mais elevado, com incremento de 33 empregos/mil hab. no período, sugerindo um ambiente estadual mais favorável à formalização do trabalho (Gráfico 15).

No município de Ourém, o indicador de empregos formais por mil habitantes apresentou forte crescimento entre 2019 e 2022, subindo de apenas 12 empregos/mil hab. para 59 em 2022. Em 2023, houve uma leve retração, fechando o ano com 55 empregos/mil hab. A Região de Integração do Rio Capim também registrou alta contínua, partindo de 84 em 2019 para 125 em 2023, o que corresponde a um acréscimo de 41 empregos por mil hab. Já o estado do Pará manteve valores bem superiores, com ligeira oscilação de 126 (2019) para 124 (2020), e retomada firme a partir de 2021, chegando a 159 empregos formais por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

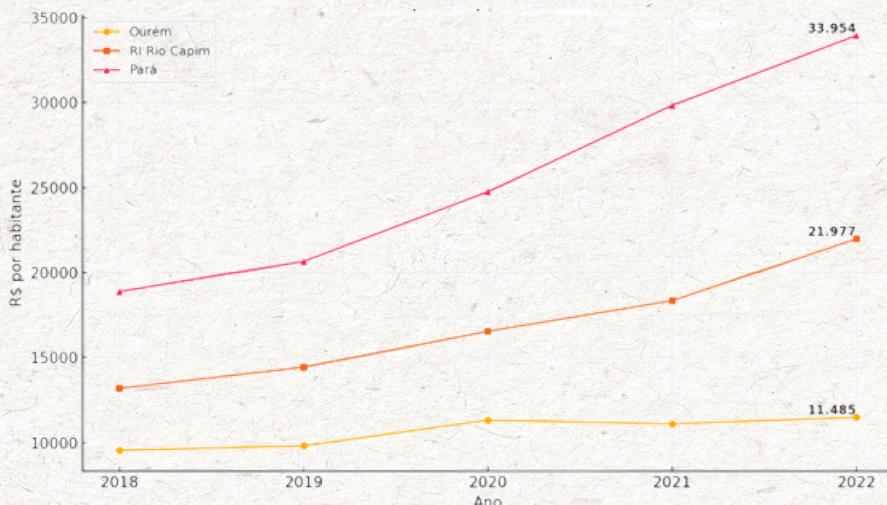
Ourém apresentou crescimento modesto no PIB per capita no período de 2018 a 2022, passando de R\$ 9.345 para R\$ 11.485, um acréscimo de apenas R\$ 2.140 em cinco anos. O crescimento ocorreu principalmente entre 2019 e 2020, mas o valor estagnou em 2021 e subiu novamente em 2022. Já a RI Rio Capim teve desempenho mais robusto, com alta de R\$ 13.127 (2018) para R\$ 21.977 (2022), um ganho de quase R\$ 9 mil por habitante. O crescimento foi constante ano a ano, destacando-se especialmente o salto entre 2021 e 2022 (Gráfico 16).



No caso do estado do Pará, o avanço do PIB per capita foi ainda mais expressivo. O valor subiu de R\$ 18.970 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, representando um crescimento absoluto de R\$ 14.984 no período, com aceleração perceptível a partir de 2020. Isso evidencia que, apesar da melhora local, o município de Ourém segue com um dos menores desempenhos econômicos da região, com PIB per capita em 2022 inferior à metade da média estadual e cerca de 52% do valor da própria RI. Isso aponta para grandes disparidades de renda e produtividade (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.485/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



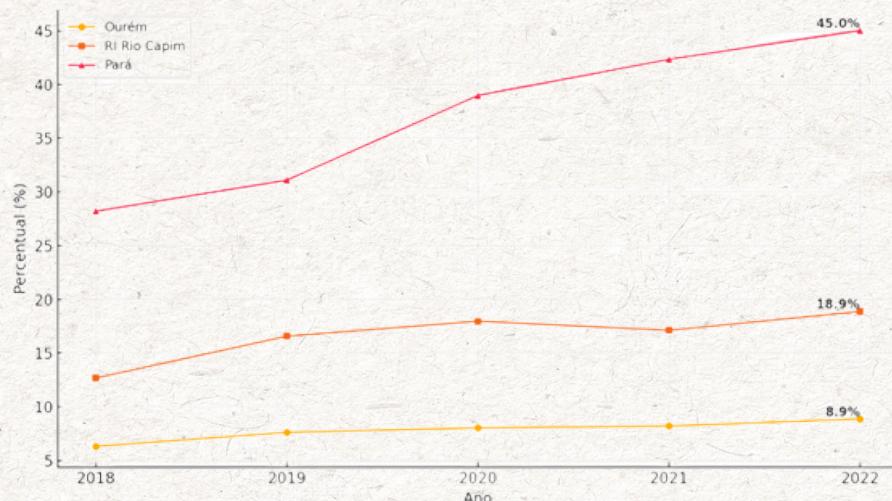
Em Ourém, o Valor Adicionado da Indústria como percentual do PIB cresceu de forma leve e contínua, passando de 6,2% em 2018 para 8,9% em 2022. O aumento mais significativo ocorreu entre 2018 e 2020, com estabilidade nos dois anos seguintes. Na RI Rio Capim, a evolução foi mais intensa, de 12,9% (2018) para 18,9% (2022), com destaque para os anos iniciais do período. Apesar de uma leve queda em 2021, o indicador voltou a subir em 2022, indicando recuperação industrial (Gráfico 17).

Já o estado do Pará demonstrou crescimento acentuado no setor industrial, saindo de 28,3% em 2018 para expressivos 45,0% em 2022. Esse crescimento foi consistente ano a ano, com destaque para o salto entre 2019 e 2020 (de 30,9% para 38,9%) e a consolidação nos anos seguintes. A participação da indústria no PIB do Pará é muito superior à do município de Ourém e da RI, o que reforça a centralização da atividade industrial em polos específicos. O baixo percentual industrial em Ourém revela uma economia municipal ainda pouco diversificada e dependente de setores com menor valor agregado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Ourém, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu fortemente de 0 em 2019 para 12 em 2020 e 15,5 em 2021, alcançando o pico de 17,8 em 2022. Em 2023, houve leve recuo para 15. Esse avanço inicial reflete expansão significativa da presença de profissionais científico, mas o recuo



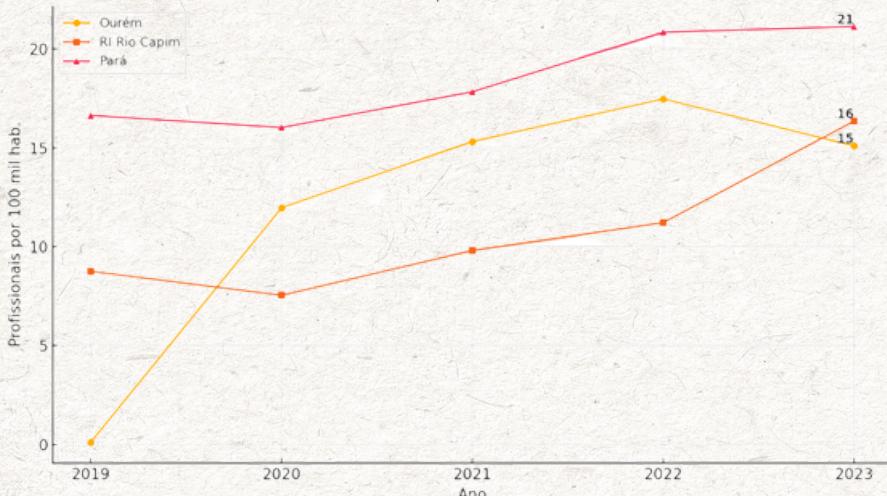
final sugere possível descontinuidade de vínculos ou migração. Na Região de Integração do Rio Capim, os números foram mais baixos nos primeiros anos (8,8 em 2019, 7,5 em 2020), mas subiram para 15,7 em 2023, ultrapassando Ourém (Gráfico 18).



No estado do Pará, os valores mantiveram-se superiores a todos os demais territórios ao longo do período, partindo de 16,5 em 2019 e chegando a 21 em 2023. A elevação foi contínua e consistente, com destaque para o crescimento entre 2021 (17,6) e 2022 (20,9). Esse padrão indica que a distribuição de profissionais da ciência no Pará é mais consolidada e relativamente estável. Já Ourém e a RI demonstram flutuações mais marcantes, com Ourém tendo crescido rapidamente até 2022, mas perdendo fôlego em 2023 (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





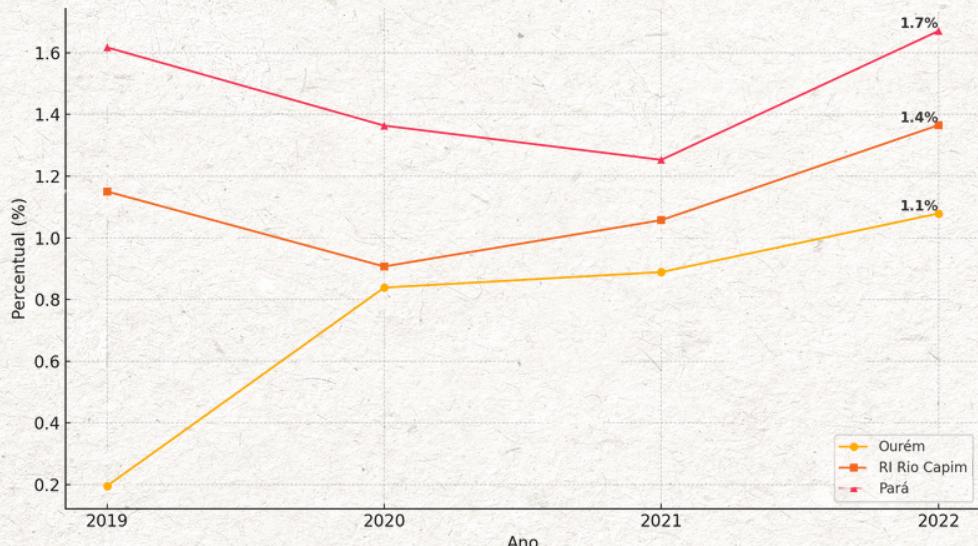
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Ourém, a massa salarial formal como percentual do PIB teve um salto expressivo, saindo de apenas 0,2% em 2019 para 0,84% em 2020. O crescimento seguiu moderado nos anos seguintes, com 0,89% em 2021 e 1,1% em 2022. Essa tendência indica maior formalização do trabalho e valorização salarial, ainda que o peso da massa salarial sobre o PIB permaneça baixo. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante: de 1,15% em 2019, caiu para 0,9% em 2020, mas recuperou-se nos anos seguintes, atingindo 1,37% em 2022 (Gráfico 19).

O estado do Pará apresentou os maiores per-

centuais, mas também com oscilação: de 1,62% em 2019 caiu para 1,26% em 2021, retomando fôlego em 2022 com 1,7%. A variação estadual é menos acentuada, mostrando maior estabilidade. O crescimento em Ourém, mesmo partindo de uma base muito baixa, é relevante, e pode estar associado à expansão dos empregos formais observada em anos recentes. Entretanto, a baixa proporção da massa salarial em relação ao PIB revela que boa parte da atividade econômica municipal ainda não se converte em renda formal distribuída à população (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

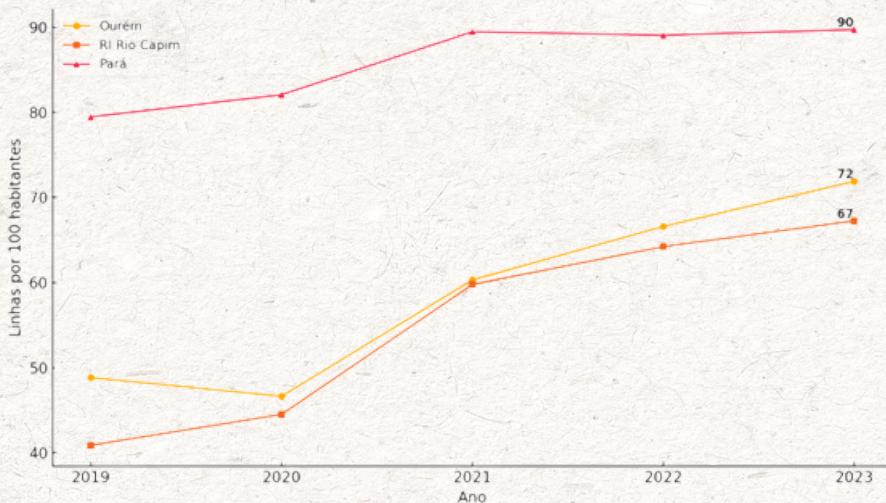
Em Ourém, o acesso à telefonia móvel passou de 48,9 linhas por 100 habitantes em 2019 para 72,0 em 2023, representando um aumento expressivo de 47,2%. Após uma leve queda em 2020 (46,7), o município apresentou crescimento contínuo nos anos seguintes. A RI Rio Capim saiu de 41,0 para 67,0 linhas, uma elevação de 63,4%, evidenciando um avanço mais acelerado. Já o estado do Pará cresceu de 79,4 para 89,8 linhas, mantendo-se em patamar superior, porém com variações menores. A maior disparidade entre município e estado foi em 2019, com Ourém cerca de 30 linhas abaixo. Em 2023, essa diferença caiu para cerca de 18 linhas, refletindo uma redução da desigualdade no acesso (Gráfico 20).

Esse crescimento, especialmente após 2020, pode refletir políticas de expansão da infraestrutura de telecomunicações e aumento da demanda por conectividade durante a pandemia. O salto entre 2020 e 2021 em Ourém (de 46,7 para 60,2) foi o mais acentuado, com variação de +28,9%. Ainda assim, o município permanece abaixo da média estadual, o que aponta oportunidades para mais investimentos. A evolução da RI Rio Capim seguiu trajetória semelhante à de Ourém, com ritmo estável de crescimento (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

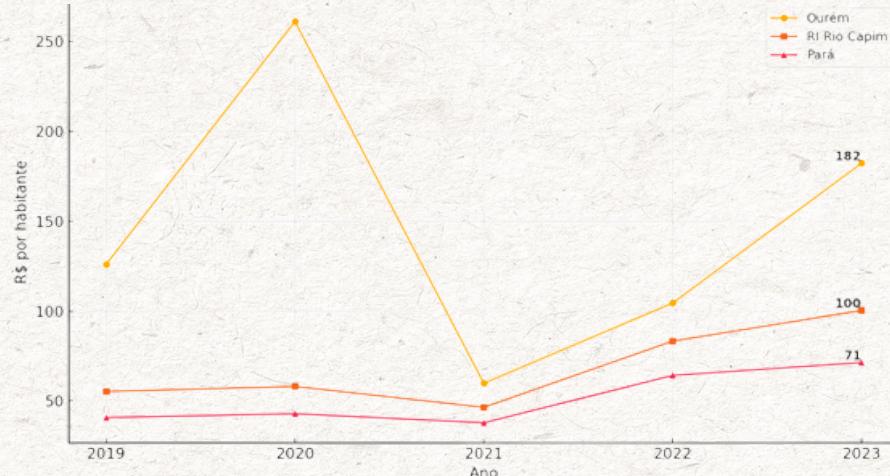
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Ourém teve grande oscilação nesse indicador. Em 2019, a despesa per capita foi de R\$ 127, subindo fortemente para R\$ 262 em 2020, e caindo drasticamente para R\$ 61 em 2021. A partir de então, voltou a crescer, atingindo R\$ 182 em 2023. Esse padrão sugere possível concentração de gastos pontuais em 2020, provavelmente devido a programas culturais ou ambientais específicos. Já a RI Rio Capim apresentou crescimento constante: de R\$ 56 em 2019 para R\$ 100 em 2023. O estado do Pará, embora com menores valores, também cresceu de R\$ 41 para R\$ 71 no mesmo período (Gráfico 21).

A forte flutuação em Ourém pode apontar problemas de planejamento ou execução orçamentária instável, enquanto os outros territórios seguiram trajetória ascendente e menos volátil. O pico de 2020 em Ourém, seguido da queda em 2021, levanta hipóteses de investimentos emergenciais ou projetos de curto prazo. Mesmo com oscilação, em 2023 o município gastou R\$ 182 por habitante 82% a mais que a média da RI e mais do que o dobro da média estadual. Esse dado revela um esforço local relevante, mas que demanda maior constância. (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





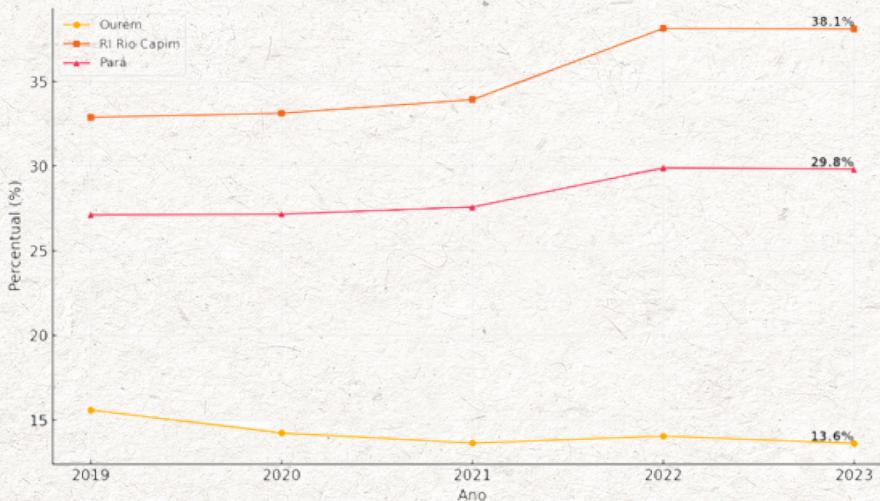
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Ourém apresentou tendência de leve queda nesse indicador, passando de 15,6% em 2019 para 13,6% em 2023, após oscilar ligeiramente entre 2020 (14,3%), 2021 (13,4%) e 2022 (13,9%). Essa trajetória é positiva, demonstrando pequena, mas consistente, redução na prática inadequada de descarte de resíduos. Em contrapartida, a RI Rio Capim subiu de 32,8% em 2019 para 38,1% em 2023, com crescimento expressivo principalmente entre 2021 e 2022. Já o estado do Pará subiu de 27,1% para 29,8% no período, mostrando aumento mais moderado (Gráfico 22).

A redução em Ourém contrasta com a eleva-

ção nos outros níveis territoriais, sugerindo que o município tem avançado no acesso à coleta adequada de lixo ou em campanhas de conscientização ambiental. No entanto, mesmo com queda, o percentual ainda aponta uma parcela relevante da população vulnerável sem cobertura adequada de saneamento. A região de integração apresenta o maior percentual, ultrapassando a média estadual em quase 8,3 pontos percentuais em 2023. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas à coleta regular em áreas de baixa renda. (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



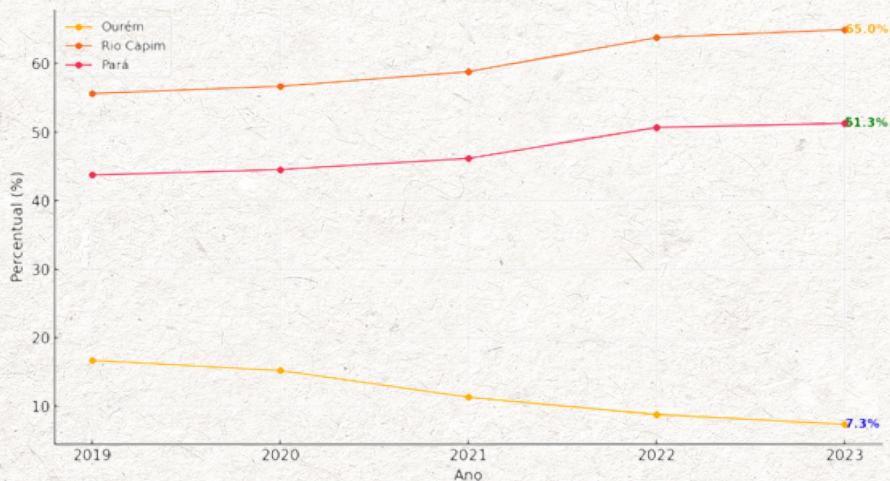
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Ourém, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou queda significativa entre 2019 e 2023, passando de 16,8% para apenas 7,3%. Essa redução de mais da metade no período (queda de 56,5%) sugere avanços concretos na in-fraestrutura de saneamento básico voltada às famílias vulneráveis. Já a RI Rio Capim registrou crescimento contínuo, de 55,5% para 65,0%, mostrando agravamento na precariedade do sistema de esgoto. No estado do Pará, também houve aumento, de 44,0% para 51,3%, embora em ritmo mais moderado (Gráfico 23).

A tendência divergente de Ourém, em rela-

ção ao avanço do problema nos demais territórios, evidencia políticas locais mais eficazes no enfrentamento do déficit de saneamento. Em 2023, a diferença entre Ourém (7,3%) e a RI Rio Capim (65,0%) chega a 57,7 pontos percentuais um contraste expressivo. Isso pode indicar investimentos municipais em fossas sépticas, redes de esgoto ou acesso a soluções individuais mais adequadas. Enquanto isso, o crescimento dos percentuais em níveis estadual e regional denuncia falta de cobertura e manutenção dos sistemas públicos de esgotamento sanitário (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



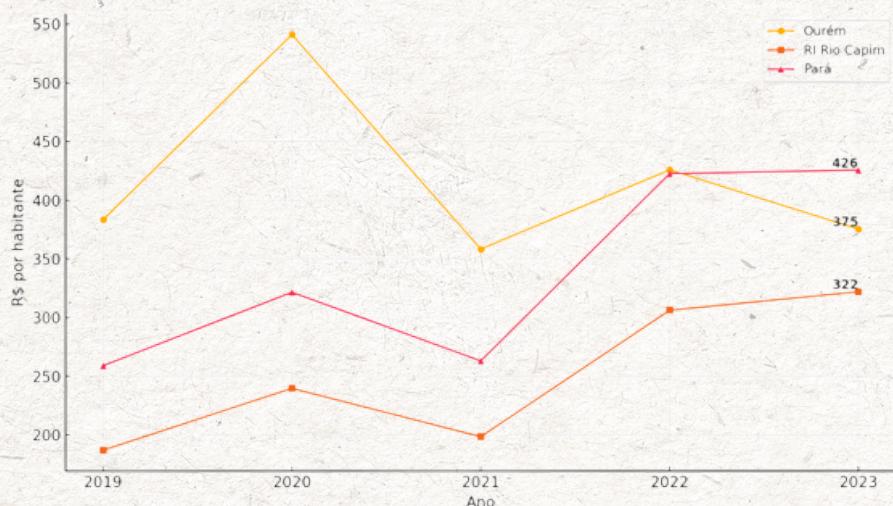
Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Ourém apresentou oscilações significativas no gasto per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023. Em 2019, os gastos estavam em R\$ 385, saltando para R\$ 541 em 2020. No entanto, houve queda em 2021, com redução para R\$ 361. Já em 2022, o valor voltou a subir para R\$ 426, caindo novamente em 2023 para R\$ 375. A Região de Integração Rio Capim apresentou tendência de crescimento moderado: de R\$ 186 em 2019 para R\$ 322 em 2023. O estado do Pará teve evolução semelhante, passando de R\$ 261 para R\$ 426. Embora Ourém tenha liderado os investimentos nos primeiros anos, em 2023 foi superado pelo estado (Gráfico 24).



A variabilidade dos valores de Ourém pode indicar investimentos pontuais, sem consistência na política de prevenção de desastres. O pico de 2020 é notável, podendo ter sido motivado por eventos climáticos ou repasses extraordinários. A partir de 2022, o estado do Pará assumiu posição de destaque, ultrapassando o município. Já a RI Rio Capim teve aumento estável, com alta de R\$ 136 em quatro anos. O padrão estadual é mais consistente e revela aumento do comprometimento com ações preventivas. A manutenção desses investimentos é essencial para reduzir riscos em regiões vulneráveis, especialmente frente às mudanças climáticas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 375/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



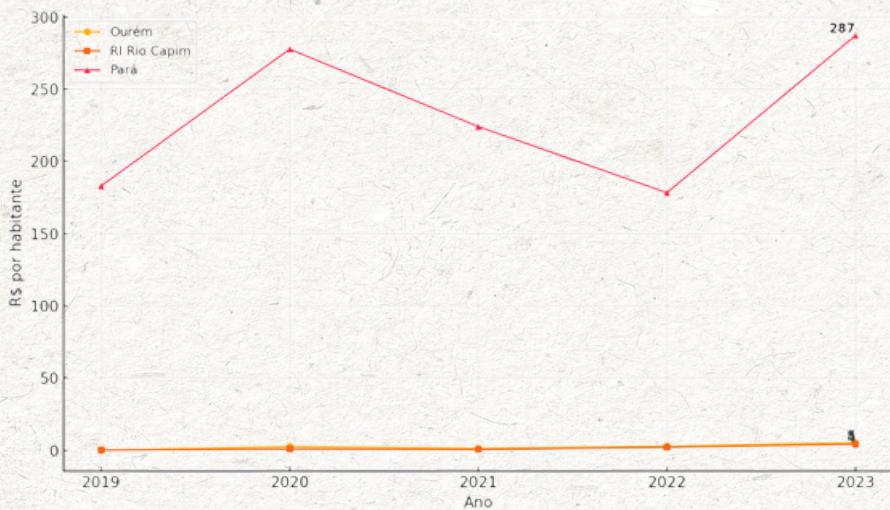
Despesa per capita com preservação aquática

Este indicador revela uma disparidade marcante entre o estado do Pará e os demais territórios. O estado iniciou 2019 com R\$ 183 por habitante, subiu para R\$ 278 em 2020, caiu para R\$ 224 em 2021, e chegou a R\$ 287 em 2023. Já Ourém apresentou valores irrisórios em todo o período: R\$ 0 em 2019, R\$ 2 em 2020, R\$ 1 em 2021 e R\$ 5 em 2023. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante, com despesas variando de R\$ 1 a R\$ 4. Essa discrepância evidencia que a atenção à preservação dos recursos aquáticos se concentra principalmente na esfera estadual (Gráfico 25).

Os baixos valores em Ourém e na RI Rio Capim sugerem ausência de políticas locais voltadas à proteção de rios, lagos e demais corpos d'água. Em contraste, o estado investiu significativamente, mesmo com flutuações. O crescimento de R\$ 104 entre 2022 e 2023 em nível estadual indica renovado interesse ou expansão de projetos ambientais. A falta de participação municipal compromete o impacto das políticas de preservação, já que a degradação dos recursos hídricos ocorre muitas vezes de forma localizada (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

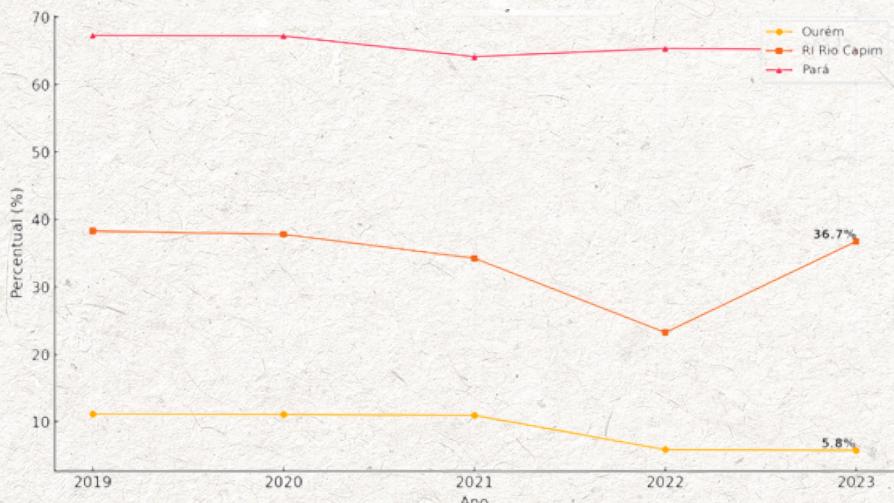
Ourém manteve estabilidade de 2019 a 2021 com 11,0% de cobertura florestal, mas sofreu forte queda em 2022, atingindo apenas 5,8%, percentual que se manteve em 2023. A RI Rio Capim também apresentou redução, de 38,3% em 2019 para 23,7% em 2022, recuperando-se em 2023 para 36,7%. Já o estado do Pará se manteve estável, variando levemente entre 67,0% e 65,1%. A queda abrupta em Ourém é preocupante, indicando perda significativa de cobertura vegetal em um curto espaço de tempo (Gráfico 26).

A recuperação parcial da cobertura florestal na RI Rio Ca-

pim pode sinalizar ações de reflorestamento ou mudanças metodológicas. No entanto, o comportamento de Ourém contrasta fortemente com a estabilidade estadual. A perda de quase metade da área florestal em dois anos implica impactos ambientais sérios, como aumento do risco de erosão, redução da biodiversidade e alteração no regime hídrico local. Apesar de a área florestal de Ourém já ser limitada, a queda agrava a situação ambiental. O estado, por outro lado, mostra capacidade de conservação mais robusta (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Ourém apresenta uma das mais altas proporções de área desmatada entre os três níveis, com estabilidade em 88,7% de 2019 a 2023. Esse patamar indica que praticamente toda a área do município encontra-se desmatada, o que reflete diretamente o baixo percentual de cobertura florestal mencionado anteriormente. A RI Rio Capim também apresenta altos índices, passando de 62,0% em 2019 para um pico de 75,8% em 2022, caindo para 63,1% em 2023. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade, oscilando de 21,5% para 23,2% no mesmo período (Gráfico 27).

A situação crítica de Ourém aponta para um passivo ambiental consolidado, que não sofreu alterações recentes, mas exige estratégias de recuperação. A leve queda em 2023 na RI Rio Capim pode refletir algum avanço em controle de desmatamento, mas os valores ainda são altos. Em contraste, o Pará mostra avanços na preservação com níveis significativamente mais baixos. A estabilidade da área desmatada no município, apesar de ser negativa, indica que o processo de desmatamento ativo pode ter cessado, abrindo margem para ações de regeneração ambiental (Gráfico 27).

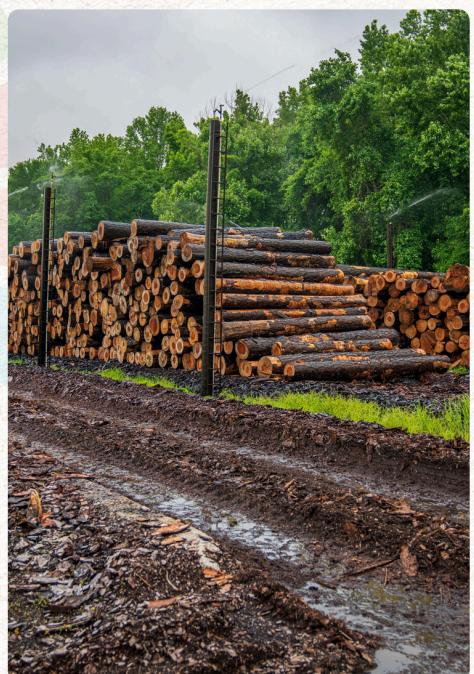
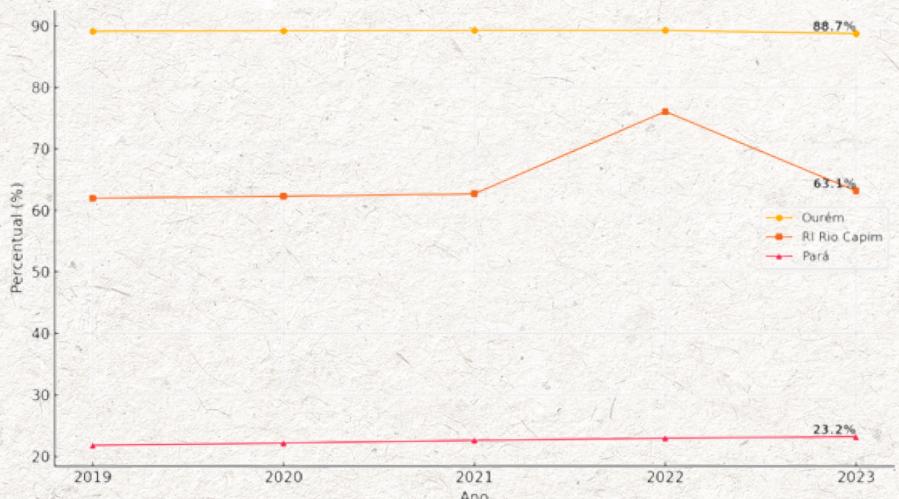


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Ourém, o número de casos de trabalho infantil caiu drasticamente de 28,3 em 2019 para 5,6 em 2020, com uma leve elevação em 2021 (11,1) e, finalmente, chegando a 0 nos anos de 2022 e 2023. Esse cenário representa uma eliminação formal do trabalho infantil no município ao final do período analisado. A RI Rio Capim também apresentou redução, de 32,0 para 9,3 entre 2019 e 2023. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, com queda de 39,4 para 11,0 casos. Esses dados revelam tendência positiva de diminuição dessa prática nos três níveis territoriais (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A trajetória de Ourém se destaca por ter alcançado o menor valor absoluto em 2023. A queda contínua após 2021 sugere ações efetivas de combate ao trabalho infantil, possivelmente ligadas a políticas de proteção social e fiscalização. Já a RI Rio Capim, mesmo em redução, mantém índice mais elevado que o estadual. O Pará reduziu quase 72% da incidência do trabalho infantil no período, o que é significativo. Essa convergência entre os territórios aponta para um movimento regional de mitigação do problema, mas com Ourém se sobressaindo em termos de erradicação (Gráfico 28).

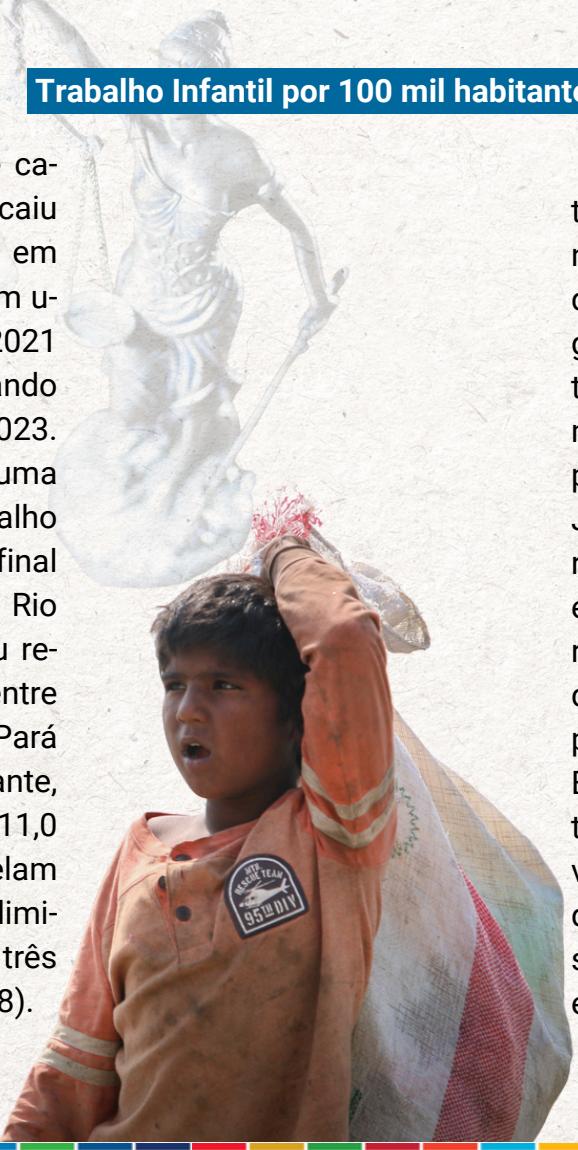
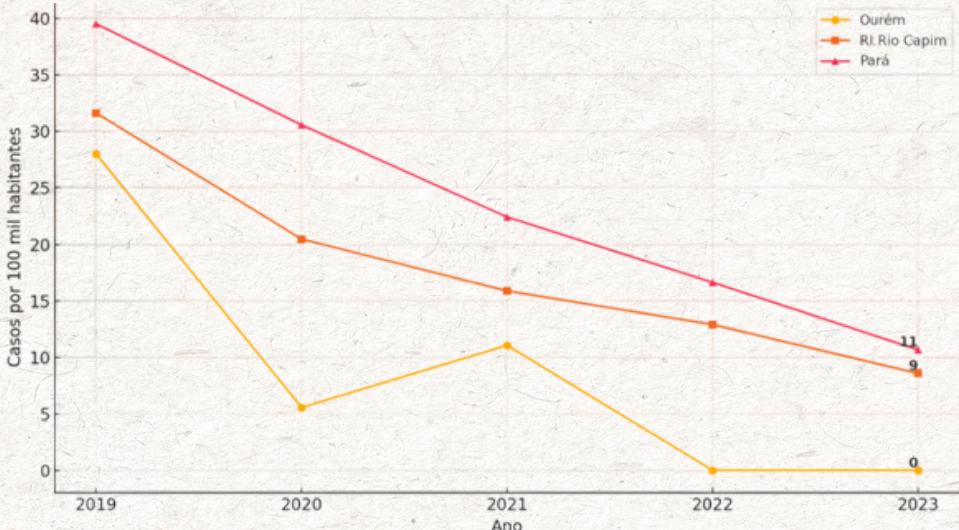




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

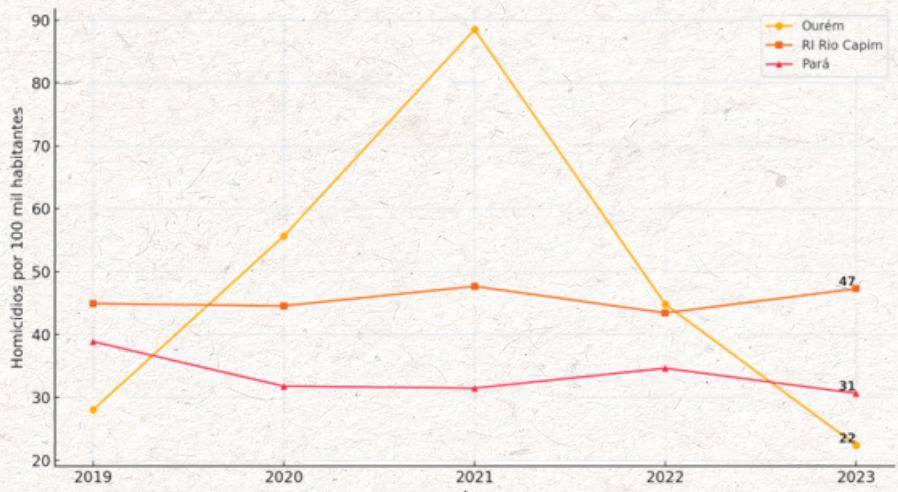
Ourém teve comportamento bastante volátil. Em 2019, registrou 28,1 homicídios por 100 mil habitantes, subindo para 55,9 em 2020 e atingindo o pico de 88,9 em 2021 o valor mais alto da série. A partir daí, caiu drasticamente para 44,4 em 2022 e 22,2 em 2023. Já a RI Rio Capim manteve patamar mais estável, oscilando entre 44,7 e 47,0, fechando 2023 com o maior índice da série. O estado do Pará apresentou estabilidade com leve queda: de 38,5 em 2019 para 31,1 em 2023 (Gráfico 29).

Apesar do pico preocupante em 2021, Ourém conseguiu reduzir a taxa de homicídios

para menos da metade em dois anos, resultado expressivo. Em 2023, registrou o menor valor entre os três territórios, contrastando com a RI, que liderou em violência letal. Essa queda pode refletir ações de segurança pública ou dinâmicas locais específicas. O estado do Pará manteve um padrão mais linear, o que sugere controle mais estável da criminalidade. No entanto, o contraste entre a queda brusca de Ourém e a estabilidade das demais regiões evidencia a necessidade de entender os fatores locais que contribuíram para esse recuo (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





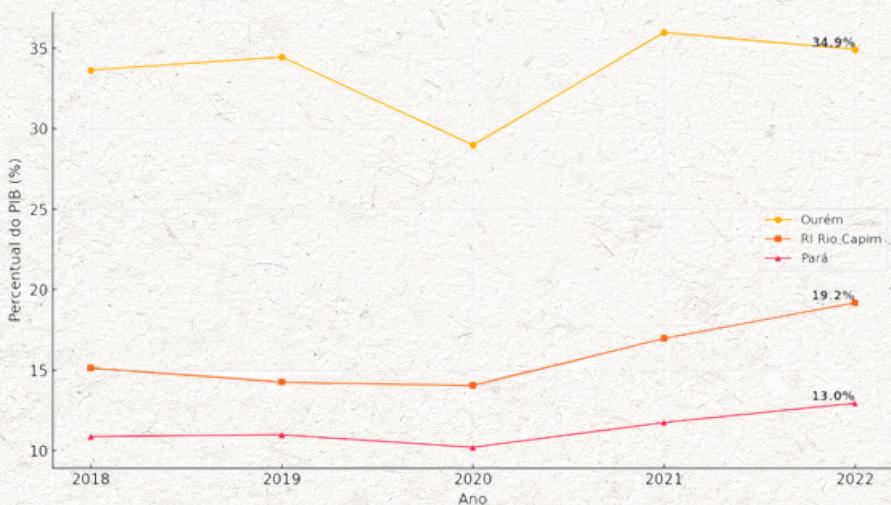
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Ourém apresentou um padrão elevado de gastos públicos em relação ao seu PIB ao longo do período de 2018 a 2022. Em 2018, o gasto foi de 33,7%, subindo ligeiramente para 34,5% em 2019. Em 2020, houve uma queda considerável para 28,9%, possivelmente influenciada por retração econômica durante a pandemia. Em 2021, o gasto subiu fortemente para 36,1% o maior da série, finalizando 2022 em 34,9%. A Região de Integração Rio Capim começou com 15,1% em 2018, caiu para 14,1% até 2020 e cresceu para 19,2% em 2022. Já o estado do Pará manteve valores mais baixos e estáveis, de 11,0% em 2018 a 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A diferença entre os níveis territoriais é marcante: Ourém mantém consistentemente valo-

res muito acima da média estadual e regional, evidenciando forte presença do setor público na economia local. Em 2022, por exemplo, o município gastou mais que o dobro da média da RI Rio Capim (34,9% contra 19,2%) e quase três vezes mais que o estado do Pará (13,0%). Esse padrão pode refletir baixa atividade econômica privada ou elevada dependência de repasses públicos. A retomada após 2020 sugere esforço municipal para sustentar serviços públicos em um contexto adverso. Já o crescimento da RI Rio Capim entre 2020 e 2022 indica alguma recuperação pós-crise. O padrão estadual mostra mais estabilidade e menor participação pública relativa na economia (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ourém x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



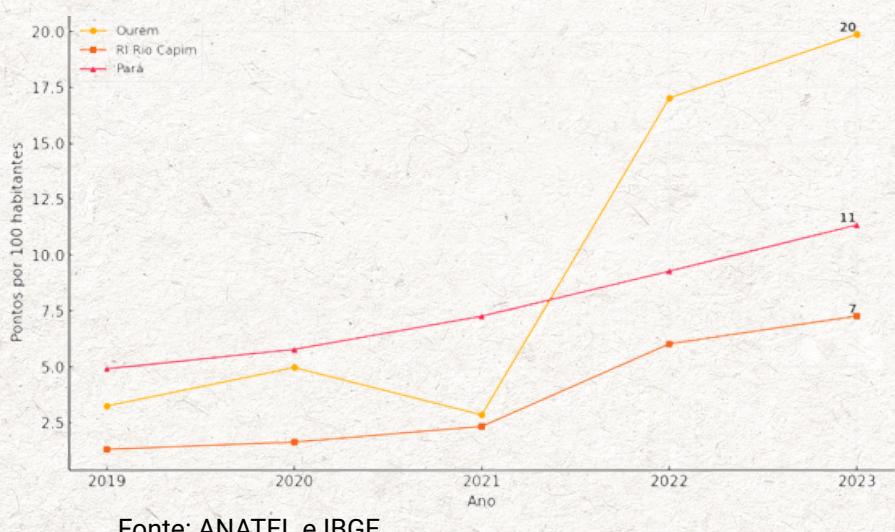
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Ourém, a taxa de acesso à banda larga fixa apresentou forte crescimento entre 2019 e 2023. Em 2019, o município tinha 3,3 pontos por 100 habitantes, subindo para 5,0 em 2020, caindo levemente para 2,9 em 2021, e então disparando para 17,0 em 2022 e 20,0 em 2023. Esse aumento acentuado, especialmente a partir de 2022, representa um salto tecnológico importante. A RI Rio Capim saiu de 1,2 ponto em 2019 para 7,0 em 2023, mantendo crescimento gradual. O estado do Pará iniciou com 5,0 e cresceu de forma constante até atingir 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

O desempenho de Ourém nos dois últimos anos o colocou acima da média estadual e re-

gional, com uma taxa quase três vezes superior à da RI em 2023. O salto entre 2021 e 2022 foi o mais expressivo, sugerindo possível expansão da infraestrutura ou maior demanda por conectividade digital no pós-pandemia. Já o estado do Pará manteve trajetória estável, ainda que com avanço contínuo. A evolução da RI Rio Capim, embora positiva, segue em patamar inferior. A melhora em Ourém indica potencial para maior inclusão digital e acesso a serviços online, o que pode impactar positivamente educação, trabalho e cidadania digital. Essa tendência representa um avanço importante na redução da exclusão tecnológica no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ourém x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

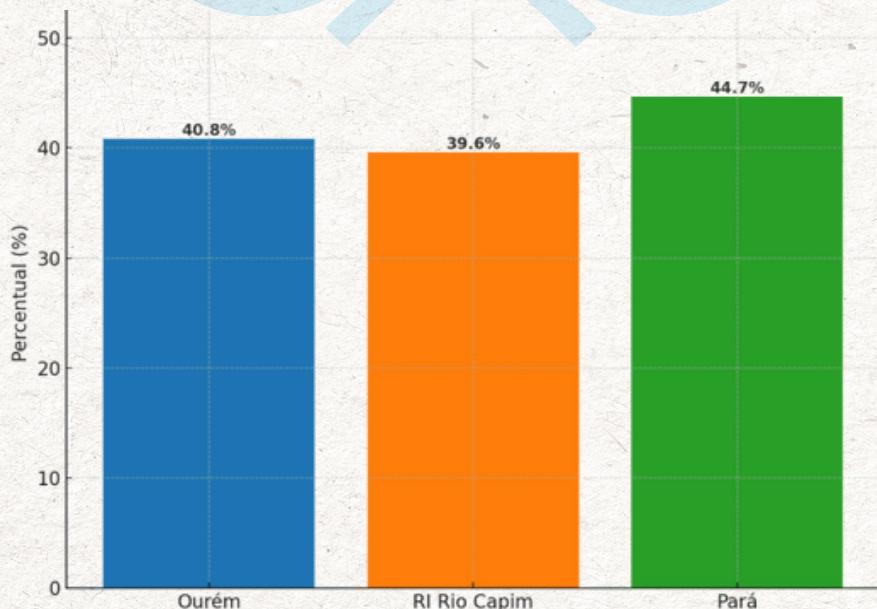
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Ourém** registrou um IDS de **40,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ourém x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

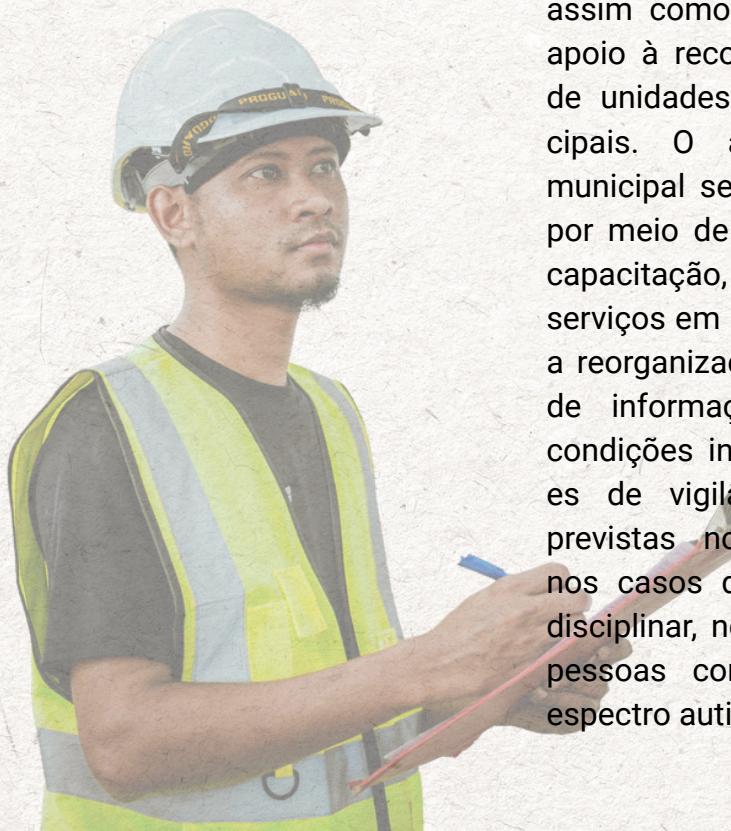
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Ourém na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Ourém e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

